



INTERCÂMBIO

Os católicos, evangélicos e espíritas chamados de progressistas

The so-called progressive Catholics, evangelicals, and Spiritists

André Ricardo de Souza*

Resumo: Nas últimas três décadas, houve nas ciências sociais da religião abordagem muito prevalente dos aspectos mais conservadores dos segmentos cristãos, sobretudo os evangélicos pentecostais. Este artigo aborda o lado oposto desta realidade, qual seja: o universo dos cristãos considerados progressistas, com posições políticas de esquerda, abrangendo não somente católicos e evangélicos, mas também espíritas kardecistas, dada a centralidade, neste segmento, da devoção a Jesus Cristo e o preceito da caridade cristã. Para a elaboração do artigo foi feita uma consulta sistematizada em referências bibliográficas pertinentes, bem como levantamento e análise de notícias em veículos fidedignos.

Palavras-chave: Religiosos progressistas, esquerda cristã, católicos, evangélicos, espíritas kardecistas.

Abstract: In the last three decades, there has been a very prevalent approach in the social studies of religion towards the more conservative aspects of Christian segments, especially the evangelical Pentecostals. This article addresses the opposite side of this reality, namely: the universe of Christians considered progressive, with left-wing political positions, encompassing not only Catholics and evangelicals, but also Kardecist Spiritists, given the centrality, in this segment, of the devotion to Jesus Christ and the precept of Christian charity. For the elaboration of the article, a systematized consultation was made in pertinent bibliographic references, as well as a survey and analysis of news in reliable sources.

Keywords: Progressive Religious, Christian Left, Catholics, Evangelicals, Kardecist Spiritists.

Introdução

Nas três últimas décadas, se tornaram realmente frequentes as pesquisas e publicações, em ciências sociais da religião, sobre feições político-ideológicas muito conservadoras das tradições cristãs. Isso decorreu, por um lado, do grande embate entre tais religiosos e os indivíduos e grupos laicistas – como intelectuais e feministas – sobre questões relacionadas à moral: sexual, reprodutiva e familiar, com destaque para os posicionamentos quanto ao aborto e à homossexualidade (Machado 2018; Gama 2019). Mas, o componente maior da explicação de tal volume de publicações é o fato de esses segmentos cristãos, especificamente o dos evangélicos pentecostais, terem obtido grande

* Doutor em sociologia (USP, São Paulo-SP). Professor Associado II do Departamento de Sociologia da UFSCar (São Carlos-SP). Pesquisador bolsista CNPq. ORCID: 0000-0001-5224-3117 - contato: anrisouza@uol.com.br

peso nas eleições marjoritárias – em especial, as presidenciais – além da sua expressiva representação parlamentar, marcada por grande ativismo (Baptista, 2009; Burity; Oro, 2006; Machado, 2006). Isso apareceu com força e contundência maiores nas eleições de 2018 e no decorrente mandato de Jair Bolsonaro na Presidência da República (Almeida, 2019). Vale lembrar que, naquele pleito, ele recebeu nada menos que 69% dos votos evangélicos, conforme levantamento do Instituto Datafolha feito três dias antes do primeiro turno.

E, no governo do ex-capitão do Exército, foram nomeados representantes do universo evangélico para chefiar (alguns, em períodos diferentes) os ministérios da Casa Civil, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, do Turismo, da Mulher, Família e Direitos Humanos, assim como a Secretaria Geral da Presidência da República e a Advocacia Geral da União, além de vários postos de segundo escalão e, destacadamente, a vaga no Supremo Tribunal Federal assumida pelo pastor presbiteriano André Mendonça. Embora Bolsonaro se declare católico, é fato que, em sua gestão, os evangélicos concretizaram o sonho de ocupar, na prática, o poder político central do país, algo feito não só através dos referidos cargos e das políticas públicas federais implementadas, mas também mediante a influência de pastores sobre o presidente, sobremaneira Silas Malafaia, da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo.

No âmbito do catolicismo, houve também, nos últimos anos, recrudescimento de posições bastante conservadoras. Com origem histórica no integralismo das décadas de 1920 e 1930 – que propiciou o surgimento, em 1960, da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP (Caldeira; Toniol, 2020), formou-se, a partir dos anos 1990, uma vertente católica com fortes posições políticas de direita, reunindo lideranças de grupos do Opus Dei e, principalmente, da Renovação Carismática Católica (RCC). Tal segmento se somou ao dos evangélicos, principalmente pentecostais, na formação de uma “tropa de elite cristã” (Machado, 2015, p. 54-59), ou seja, uma expressiva direita cristã brasileira. Esta foi bastante mobilizada no processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, com vários votos parlamentares declarados “em nome Deus” (Prandi; Carneiro, 2018) e na eleição de Bolsonaro, dois anos depois. O extremista de direita recebeu apoio eleitoral de não poucos clérigos, dentre eles o, agora falecido, líder da Comunidade de Aliança e Vida Canção Nova, monsenhor Jonas Abib, que viria ter relação relativamente próxima com o governo formado (Placeres, 2020, p. 151-152).

Neste artigo é analisada, também, a terceira tradição cristã, em termos de tamanho, qual seja, a dos espíritas kardecistas¹. Depois dos evangélicos, os espíritas foram o grupo religioso que mais votou em Bolsonaro em 2018, totalizando 55%. Cabe lembrar que, conforme o censo de 2010, os adeptos do espiritismo são os que têm maiores níveis de ensino superior e médio completos (respectivamente: 31,5% e 68%), sendo, também, os que estão mais presentes entre as faixas com renda maior que dez salários mínimos (19,7% e 6,5%). No extremo oposto está a parte predominante do contingente

1 Este é o termo ainda prevalente nas ciências sociais da religião. Doravante, entretanto, usarei apenas espíritas para me referir a esse segmento, que é cristão não só pela centralidade da devoção a Jesus Cristo, mas também pela materialização do princípio da caridade em suas obras assistenciais. Ao contemplar esses três grupos religiosos, o presente artigo se remete, de algum modo, à obra de Candido Procópio Ferreira de Camargo (1973), que os contemplou, cinco décadas atrás.

evangélico, composta pelos pentecostais (60%), com dados exatamente contrários e compoendo a grande base da pirâmide social brasileira (Mariz; Gracino Junior, 2013; Prandi 2013, p. 211-212). Isso explica, em parte, o voto espírita no extremista de direita – que foi o escolhido pela elite econômica do país, cabe lembrar – mas, por outro lado, o espiritismo tem um tradicional conservadorismo político (Fernandes, 2018; Miguel, 2020), algo que o colocou relativamente próximo ao pentecostalismo em tal escolha eleitoral (Souza; Torres, 2022).

Há que se dizer que certa disputa entre segmentos politicamente conservadores e progressistas ocorrem – ora de modo mais incisivo e explícito, ora menos – em diferentes grupos religiosos, assim como houve, evidentemente, votantes religiosos no candidato de esquerda derrotado no segundo turno em 2018, o petista Fernando Haddad. Mais que isso, cabe apontar os números quanto à opção dos dois principais grupos cristãos – o dos católicos e o dos evangélicos, dado que não houve informações disponíveis do Datafolha sobre os espíritas – nas eleições subsequentes, de 2022, que deram a vitória a Luiz Inácio da Silva. Faltando três dias para o segundo turno, Lula marcou 55% entre os católicos e 32% entre os evangélicos, enquanto Bolsonaro registrou 36% entre os católicos e 62% entre os evangélicos.

O presente artigo foi elaborado a partir de consulta bibliográfica sistematizada, assim como levantamento e apuração de informações confiáveis em redes sociais de determinados grupos católicos, evangélicos e espíritas. É apresentada uma análise da face cristã oposta à predominante, caracterizada pelo pensamento e pelo posicionamento político-ideológico muito conservadores, que tem sido, como dito, tema de várias pesquisas e publicações sobre religião no país. Trata-se, portanto, do conjunto de indivíduos e grupos que se contrapõem à direita cristã, sendo chamados e se autodenominando progressistas. Tal termo, embora com certa interpretação difusa, diz respeito, neste artigo, a pessoas e agrupamentos com posturas mais liberais em termos de moral: sexual, reprodutiva e familiar, bem como reivindicação da defesa de direitos cidadãos e identificação com partidos políticos de esquerda.

A hegemonia católica nesse campo

O termo hegemonia, como se sabe, ficou célebre nas ciências humanas devido ao filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937) para designar, grosso modo, o conjunto predominante de ideias e valores na sociedade. Talvez não por acaso, Gramsci tenha se dedicado também à análise do catolicismo na Itália, compreendendo-o como um fator importante, que deveria ser considerado na busca por hegemonia do socialismo naquele país (Grasci, 1978). De fato, os católicos formam não apenas o maior segmento religioso italiano e no Brasil, bem como em vários outros territórios nacionais, mas é também aquele em que grupos progressistas têm trajetória e tamanho maiores.

O início concreto de tal jornada católica, já na modernidade, se dá em 1891 com a publicação pelo papa Leão XIII da encíclica *Rerum Novarum*, inaugurando a chamada Doutrina Social da Igreja e abrindo caminho para que seus fiéis se engajassem em sindicatos, movimentos seculares e partidos de esquerda (Oliveira, 2001). A formação da

Ação Católica e seus desdobramentos operários e estudantis ensejariam o surgimento, em alguns países, do Partido Democrata Cristão, tendo sido esta a origem de conhecidos militantes católicos brasileiros com expressiva vida pública, como Plínio de Arruda Sampaio e Franco Montoro.

Durante o regime militar, nos anos 1960 e sob influência da juventude católica francesa, se desenvolveriam no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais sociais, de modo a compor o cristianismo da libertação (Löwy, 2000). E, a partir deste, já no contexto de reabertura democrática dos anos 1980, surgiria, em grande medida, o chamado novo sindicalismo (Martins, 1994), bem como o Partido dos Trabalhadores – PT (Secco, 2011) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST (Menezes Neto, 2007). Entre os militantes partidários de esquerda oriundos dessa vertente católica, destaco: Gilberto Carvalho, ex-agente da Pastoral Operária que foi chefe de gabinete do presidente Lula, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República do primeiro mandato de Dilma Rousseff e atualmente chefia a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Ainda no pontificado de João Paulo II houve, por um lado, intenso avanço dos evangélicos pentecostais e, como resposta católica, o crescimento do movimento da Renovação Carismática, assim como o decorrente refluxo do cristianismo da libertação (Prandi; Souza, 1997). O catolicismo no mundo – e igualmente no Brasil – seguiu caminho ainda mais conservador com Bento XVI até que, em 2013, foi eleito o papa Francisco. Desde o início de seu pontificado, ele vem tendo gestos concretos em solidariedade às pessoas com maior vulnerabilidade e outros mais, valorizados, igualmente, por agentes de pastoral social e indivíduos com militância política de esquerda. Estas abrangem ações em prol da descentralização do poder na igreja, diálogo com teólogos da libertação e políticos socialistas, busca de intercessão em benefício de Cuba e Bolívia, entre outras. (Betiato, 2018; Souza; Minelli, 2020, p. 193).

Destaca-se pelos efeitos no Brasil uma iniciativa papal a partir do chamado por ele feito, em 2019, para jovens, intelectuais e ativistas de diversos países, na perspectiva de edificar a “Economia de Francisco”, em referência ao santo de Assis. Trata-se de uma economia voltada aos mais pobres e ao cuidado ambiental do planeta. Previsto para acontecer presencialmente em março do ano seguinte, naquela cidade italiana, o evento foi adiado e veio a ocorrer – de maneira remota devido à pandemia do Covid-19 – em novembro de 2021. Surgiu, ainda em 2019, a Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC), cujo nome tanto homenagea a santa franciscana quanto faz alusão à reivindicação de equilíbrio entre homens e mulheres. Com caráter inter-religioso e militância anticapitalista, a ABEFC conta com respaldo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo realizado seu segundo encontro nacional em novembro de 2021 (Souza; Sofiati, 2021).

Influenciada pelo cristianismo da libertação, a CNBB vem tendo posicionamentos contundentes, mesmo durante os governos petistas de Lula e Dilma Rousseff, questionando, por exemplo, a política econômica adotada no primeiro daquele e no segundo desta. Isso se acentuou durante a gestão Michel Temer e, bem mais depois, em face do período de Jair Bolsonaro na Presidência da República. Tal postura se mostrou, já no

início do mandato do extremista de direita e por ocasião da eleição, em abril de 2019, do então presidente da entidade nacional de prelados e arcebispo de Belo Horizonte, dom Walmor Oliveira de Azevedo, em face da proposta governamental de Reforma da Previdência – que viria a ser aprovada em julho – e dos preparativos católicos para o Sínodo da Amazônia, que veio a ocorrer no Vaticano, quatro meses depois, mediante expressivo embate entre Francisco e o ex-capitão do Exército.

Em julho do ano seguinte, houve uma significativa mobilização de clérigos contra o governo Bolsonaro, de modo a divulgar uma carta denunciando a “economia que mata”, tendo sido o documento assinado por 152 bispos e arcebispos, entre eles o cardeal emérito de São Paulo, agora falecido, dom Claudio Hummes, o arcebispo de Belém, dom Alberto Corrêa e o de Manaus, além de ex-secretário geral da CNBB de então, dom Leonardo Urlich. Inicialmente, concebida para ser publicada pela entidade nacional de bispos, a “Carta ao Povo de Deus” foi analisada por seu Conselho Permanente, que optou por não assumi-la, algo que gerou críticas em parte do clero do país. Como reação a isso, outra carta foi divulgada, no mesmo mês, em apoio ao manifesto dos prelados, tendo sido esta assinada por 1058 padres e diáconos. Houve também coleta de assinaturas em apoio da parte de leigos de algumas dioceses espalhadas nacionalmente.

A carta dos bispos, divulgada em 2020, fez lembrar outros documentos parecidos e importantes, publicados em 1973, durante o período mais duro do regime militar. Em maio daquele ano, 18 prelados e superiores religiosos do Nordeste divulgaram o documento “Ouvi os Clamores do Meu Povo”, contendo fortes críticas ao governo militar, com bastante repercussão internacional (Oliveira, 2015). No mesmo mês e ainda em dezembro daquele ano, foram propagados, também no exterior, outros dois textos de bispos, dessa vez das regiões Centro-Oeste e Norte, intitulados, respectivamente: “A Marginalização de Um Povo: o Grito das Igrejas” e “Y-Juca Pirama – o Índio: Aquele que Deve Morrer” (Mainwaring, 1989, p. 114). Se na região nordestina o líder dessa mobilização foi o cardeal e então arcebispo de Recife e Olinda, dom Hélder Câmara, que havia sido o principal articulador na formação da CNBB em 1952, no centro-norte foi o responsável pela prelazia de São Félix do Araguaia-MT, bem como um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário (CIMI – 1972) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT – 1975): dom Pedro Casaldáliga. A morte deste, em 8 de agosto de 2020, também fez rememorar tais documentos e a atuação do bispo contra a ditadura, além de causar bastante comoção no meio católico progressista, com várias manifestações de pesar, inclusive de lideranças políticas de esquerda.

Por fim, outro documento de padres com significativa repercussão voltou a ser divulgado contra Jair Bolsonaro no ano seguinte. Isto se deveu à participação dele, em Aparecida, na celebração da tarde de 12 de outubro, dia da Padroeira Nacional. Pela manhã, o arcebispo local, dom Orlando Brandes, havia dito que “para ser pátria amada não pode ser pátria armada”, sendo, devido a isto, atacado nas redes sociais por bolsonaristas. Dois coletivos de presbíteros chamados, respectivamente “Padres da Caminhada” e “Padres Contra o Fascismo” divulgaram o documento, dois dias depois, contando com a adesão ao todo de 417 sacerdotes. No texto, reverberado por dez bispos – como o emérito de Duque de Caxias-RJ, o agora falecido dom Mauro Morelli –, os padres problematizam com intensas críticas, entre outras coisas, a identidade

religiosa de Bolsonaro, questionando: “Como alguém que se deixa batizar nas águas do Rio Jordão por um pastor evangélico – líder de um partido político e que foi preso em uma operação anticorrupção – ainda se diz ‘católico?’”².

Embora a predominância dos católicos com pensamento político de esquerda esteja entre os leigos agentes de pastoral³, é fato que as ações dos clérigos acabam por ter peso simbólico e repercussão maiores. Cabe dizer que o posicionamento deles frente ao então extremista presidente da República parece ser também um efeito político do pontificado de Francisco no país (Souza; Minelli, 2020). Isso, evidentemente, mediante protestos e queixas dos católicos conservadores identificados sobremaneira com os segmentos RCC, Opus Dei e Arautos do Evangelho.

Uma renovação evangélica

No meio evangélico, o segmento progressista tem suas raízes no âmbito das igrejas históricas e do movimento ecumênico (Navarro, 1995; Abumanssur, 1991). Vão compor – também no contexto do regime militar, junto com as CEBs e pastorais sociais católicas – o cristianismo da libertação, protagonizado por teólogos e pastores protestantes, com destaque para: os presbiterianos Rubem Alves e Jaime Wright, o anglicano Robinson Cavalcanti e os luteranos Walter Altman e Milton Schwantes (Altmann, 1994; Löwy, 2000; Trabuco, 2016).

Mas, em termos de atuação político-partidária, no contexto da reabertura democrática, os evangélicos ditos progressistas acabariam por ficar na condição secundária em relação aos pentecostais, sobremaneira da Assembleia de Deus, que capitaneariam a representação dessa tradição religiosa no Congresso Nacional (Freston, 1993; Burity; Oro, 2006). Mas se projetaram pessoas de esquerda com relevantes carreiras políticas⁴.

Entre os anos 1980 e 1990, outro pastor de igreja histórica ganharia projeção no meio evangélico progressista, o também presbiteriano Caio Fábio D’Araújo Filho, que formou em 1991, junto com seus colegas de perfil parecido, a Associação Evangélica Brasileira (AEVB), tendo sido ele seu primeiro presidente (Freston, 1994).

Algo começaria a ser formado, no início dos anos 1990, em contraponto à grande predominância direitista na representação parlamentar evangélica em Brasília e se tornaria, em boa medida, referência para os adeptos esquerdistas desse segmento religioso: o Movimento Evangélico Progressista (MEP). Formalizado em 1997, contando com a liderança do bispo anglicano Robinson Cavalcanti e baseado na Teologia de Missão

2 O tal líder político é o pastor Everaldo Dias Pereira, que foi candidato presidencial em pelo Partido Social Cristão, em 2014.

3 Exemplos disso são determinados eventos politizados do catolicismo nacional, como a Semana Social Brasileira e, principalmente, o Grito dos Excluídos, que ocorre no feriado de 7 de setembro, desde 1995, tendo sido em 2021 – ainda no ápice da pandemia – a manifestação articulada com movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda mediante a insígnia: “Fora Bolsonaro”.

4 Com destaque para a presbiteriana negra Benedita da Silva, oriunda do movimento de favelas do Rio de Janeiro, tendo sido vereadora, senadora, vice-governadora eleita, governadora, ministra de Estado e, atualmente, deputada federal petista pela sexta vez. Cabe mencionar também a assembleia Marina Silva, com origem nas CEBs do Acre, que foi senadora, candidata à Presidência da República por duas vezes, estando à frente do Ministério do Meio Ambiente pela segunda vez.

Integral, que teve como grande referência o teólogo equatoriano René Padilla (2009), o MEP foi composto por ativistas atuantes em suas respectivas igrejas, bem como em movimentos sociais e partidos de esquerda (Muniz, 2007; Machado, 2011; Trabuco, 2016; Costa, 2018; Vital da Cunha, 2021, p. 33-34). E foi no âmbito desse movimento evangélico que ganhou certa projeção uma significativa liderança entre tais religiosos progressistas: Ariovaldo Ramos, pastor da Comunidade Cristã Renovada, que também presidiu a AEVB.

Ramos se tornaria líder de um expressivo coletivo de evangélicos progressistas: a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED), surgida em 2016, no contexto do processo de deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República, como uma forma de buscar resistência a ele em seu meio religioso. A atuação de Ariovaldo Ramos e da FEED viriam ser fundamentais na formação, no ano de 2020 e em face do processo eleitoral municipal, do movimento Bancada Evangélica Popular (BEP), visando se contrapor à atuação direitista da chamada bancada evangélica no Congresso Nacional, além de favorecer a eleição de pessoas adeptas desse segmento religioso com perfil de esquerda, voltadas para a “defesa do Estado Laico, a luta pela superação da pobreza, a defesa das liberdades individuais e o combate à desigualdade social, racial e de gênero, mediante uma perspectiva cristã igualitária” (Vital da Cunha, 2021, p. 23-24).

Em boa medida impulsionados pelo desenvolvimento no país da Teologia Negra e em contraposição ao racismo nas igrejas (Pacheco, 2019), surgiram o Movimento Negro Evangélico (MNE) e a Rede de Mulheres Negras Evangélicas (RMNE). A afirmação da identidade de mulher negra apareceu expressivamente nas eleições municipais, conforme Christina Vital, sobretudo no Rio de Janeiro, com Benedita da Silva, candidata a prefeita, e Claudete Costa a vereadora, também pelo PT. Ambas perderam as eleições, mas representam bastante o perfil demográfico dos evangélicos no país, de maioria negra, feminina e de baixa renda. Claudete, diaconisa da Igreja Voz de Deus, catadora de material reciclável, ex-moradora de rua, sobrevivente da Chacina da Candelária (1993) e dirigente da União Nacional dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável (Unicatadores). Vale dizer, nesse sentido ainda, que a causa negra tem sido bastante afirmada no meio evangélico, também através de livros, pelo conhecido pastor da Igreja Batista do Caminho, ator e deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RD), Henrique Vieira.

Outros coletivos de evangélicos progressistas seriam formados, contemplando ainda as questões de moral sexual e reprodutiva: Evangélicos Pela Justiça, Coletivo Esperançar, Aliança de Batistas do Brasil, Evangélicxs, Movimento Jesus Cura a Homofobia, Frente Evangélica pela Legalização do Aborto e Coletivo Bereia, plataforma de pesquisa e denúncia de *fake news* (notícias falsas) nesse meio religioso (Vital da Cunha, 2021; Barbosa Júnior, 2021).

Observa-se certa disputa quanto a quem representa politicamente os evangélicos, sendo que a chamada nova geração dos progressistas de esquerda – diametralmente opostos aos conservadores direitistas – atribui valor não apenas às questões de desigualdade social, mas também às identitárias, de gênero, diversidade sexual e caráter étnico-racial (Vital da Cunha, 2021; Machado, 2021, p. 87; Fonseca, 2021, p. 148). Os parlamentares evangélicos de esquerda e os ativistas desses grupos progressistas com tal

identidade religiosa são intensamente atacados, difamados e, por vezes, até ameaçados por grupos e pastores evangélicos, com destaque, respectivamente, para Silas Malafaia e o paulista Marco Feliciano, fundador e líder da igreja Catedral do Avivamento, que é também deputado federal em quarto mandato, desta vez pelo Partido Liberal.

Determinado despertar espírita

Embora tenha havido adeptos do espiritismo originário francês que também eram membros dos movimentos operário, anarquista e socialista – com destaque para León Denis, considerado por muitos como o sucessor de Allan Kardec e autor do livro *Socialismo e espiritismo* (1982) – além de espíritas franceses no Rio de Janeiro do final do século XIX com tal perfil político-ideológico (Incontri; Bigheto, 2004, Aubrée, Laplantine, 2009; Arribas, 2010), o fato que é a maioria dos membros dessa tradição religiosa acabou adquirindo no Brasil feições politicamente conservadoras, pregando e realizando a prática caritativa sem questionamentos da desigualdade e das demais contradições sociais (Miguel, 2014, p. 299). Entretanto, houve, ao longo da história, lideranças espíritas que foram parlamentares⁵, tendo a maioria deles defendido determinadas posições progressistas em prol da abolição da escravatura, da República, do ensino público universal, da democracia e dos direitos humanos (Giumbelli 1997, p. 60-61; Camurça, 2021, p. 145).

Surgiriam, ainda em meados do século XX, intelectuais espíritas com pensamento vanguardista, defendendo reformas estruturais na sociedade, com ênfase na educação, como o jornalista Herculano Pires, e argumentando em prol de um “socialismo cristão”, como o pedagogo Pedro de Camargo (com pseudônimo Vinícius) e o jurista e militante do Partido Comunista, Eusínio Lavigne (Lavigne; Prado, 1955). Impulsionado pelo movimento estudantil florescente na França e no meio católico brasileiro, viria surgir nos anos 1960 o Movimento Universitário Espírita (Miguel, 2014, p. 70-85, Camurça, 2021, p. 146). Outras reflexões espíritas assemelhadas apareceriam nas décadas posteriores (Colombo, 1998; Incontri; Bigheto, 2004).

Mas prevaleceu, como dito, nesse meio religioso, o posicionamento político conservador, algo que se mostrou, expressivamente, nas eleições de 2018. Naquele pleito, Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República com 55% de votos dos espíritas e 51% dos católicos, conforme levantamento do Datafolha. Ou seja, depois dos evangélicos, foram os espíritas os religiosos que mais optaram pelo extremista de direita. Naquele ano ainda, o ativismo político-ideológico conservador de algumas pessoas muito conhecidas no âmbito do espiritismo também denotou isso. Entre elas, o destaque foi da pessoa com maior prestígio nesse meio religioso: o médium baiano Divaldo Pereira Franco, devido à sua polêmica resposta a uma pergunta de entrevista no congresso estadual espírita de Goiás, na qual fez críticas ácidas aos chamados “marxismo cultural” e “ideologia de gênero”, assim como exaltou com reverência o então juiz federal Sérgio Moro, que viria

5 Os principais foram Bezerra de Menezes, Bittencourt Sampaio, Eurípedes Barsanulfo, Caibar Shutel e Freitas Nobre (Signates, 2019, p. 144; Camurça, 2021, p. 149).

se tornar ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro.

A fala com pouco mais de sete minutos de Franco, veiculada e depois removida do YouTube, circulou intensamente, sobremaneira através do WhatsApp entre espíritas conservadores e, por outro lado, provocou indignação em grupos de confrades antagônicos dele, que publicaram, inicialmente, uma nota de resposta subscrita por 62 pessoas de dez unidades federativas, seguido de um abaixo-assinado e um manifesto de repúdio (Signates, 2019, p. 148-149; Arribas, 2020, p. 617; Camurça, 2021, p. 4-7). A elaboração de tais documentos foi liderada pela jornalista e educadora Dora Incontri, dirigente da Associação Brasileira de Pedagogia Espírita, e pelo psicólogo e líder do Movimento de Espíritas pelos Direitos Humanos, Franklin Félix.

Em outubro do ano seguinte, ocorreu em Salvador o I Encontro Nacional de Espíritas à Esquerda. Organizado pelo grupo que tem o mesmo nome, o evento contou com a participação de militantes bastante intelectualizados, além de ex-integrantes de governos federais petistas, entre eles os ex-ministros da Saúde, Arthur Chioro e do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto (Arribas, 2020, p. 619-620).

Além da associação dirigida por Incontri e do movimento liderado por Félix, que publica frequentemente artigos na revista semanal de esquerda *Carta Capital*, outros três grupos de espíritas progressistas também se mostraram mais ativos no contexto político nacional formado a partir de 2018: a Associação Brasileira Espírita de Direitos Humanos e Cultura de Paz (AbrePaz), o Coletivo de Estudos Espiritismo e Justiça Social (CEJUS), Coletivo Girassóis Espíritas e a Associação Espírita de Pesquisas em Ciências Sociais e Humanas (AEPHUS). Tal intensificação de atividades parece caracterizar certo despertar de uma faceta do espiritismo nacional, de algum modo, retomando o movimento universitário aflorado nesse meio, na década de 1960.

Os espíritas de esquerda também foram intensamente atacados por seus confrades conservadores, tendo Félix perdido o programa que tinha na Rádio Boa Nova FM, ligada à Fundação André Luiz, que é prestigiosa nesse meio religiosa. Em relação a ele, Incontri e outros mais foi dito, por vezes, que deveriam deixar de se apresentar publicamente como espíritas.

Pontos em comum

Entre católicos, evangélicos e espíritas politizados de esquerda se observa, desde meados da década passada, a formação e divulgação maior de coletivos. Isto se dá pela internet, através de blogs, sites, Facebook, Instagram e, ainda, grupos de WhatsApp. Eles não são proprietários e quase não têm espaço em emissoras televisivas e radiofônicas, veiculando seus conteúdos por meio das digitais redes sociais, bem como em alguns periódicos, como *Carta Capital*, além de canais de YouTube próprios ou dos chamados veículos independentes, como Revista Fórum, GGN e 247, por exemplo.

Costumam se declarar como “progressistas”, embora este termo seja, eleitoralmente, um pouco problemático, sobremaneira entre os evangélicos pentecostais pela confusão que gera em segmentos de baixas renda e escolaridade, daí a opção, muitas vezes, pela adjetivação “popular” ou “membro do povo de Deus” (Vital da Cunha, 2021). Há que

se destacar, no meio evangélico, o florescer da Teologia Feminista e da Teologia Negra (Oliveira, 2015; Pacheco, 2019), algo que, entre os católicos, ocorrera antes (Santos Filho, 2012). E cabe menção ainda – nesta perspectiva contestatória e progressista – às evangélicas igrejas inclusivas (Natividade, 2010).

Reunindo evangélicos e católicos – mais estes do que aqueles –, cabe chamar atenção para a formação, em 2018, do grupo Cristãos Contra o Fascismo, no contexto do processo eleitoral que levou à vitória de Jair Bolsonaro, consolidando-se ao longo do governo dele. Outra mobilização relevante de católicos e evangélicos progressistas fez com que, em janeiro de 2021, fosse protocolado na Câmara dos Deputados um pedido de *impeachment* do então presidente da República. Articulado sobremaneira pela pastora luterana e secretária geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) Romi Bencke, por Ariovaldo Ramos e pela também pastora luterana Lusmarina Campos Garcia, o pedido foi assinado por 380 pessoas, abrangendo freiras, pastores, padres e bispos, entre estes dom Naudal Alves Gomes, primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, e dom José Valdeci Santos Mendes, presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da CNBB.

Já em termos de mobilização, abrangendo também espíritas, observa-se a ABEFC, no âmbito da qual, além de freiras, padres e bispos católicos, tem sido comum a participação de Romi Bencke e da pedagoga espírita Dora Incontri em eventos significativos, como foi a *live* de encerramento do II Encontro Nacional da Economia de Francisco e Clara em 21 de novembro de 2021.

A perspectiva anticapitalista, de viés marxista, está presente em boa parte desses grupos de católicos, evangélicos e espíritas progressistas. Nesse sentido, há certa referência ideológica comum, identificada com o cristianismo da libertação (Löwy, 2000). Há também a perspectiva ambientalista, que perpassa sobremaneira católicos e evangélicos (Santos, 2023). Entretanto, é a ênfase na defesa dos direitos humanos, marcadamente das minorias sexuais e étnico-raciais, que acaba predominando, algo que transparece até mesmo nos nomes dos grupos com menções às questões: negra e de gênero.

Considerações finais

No conjunto de segmentos cristãos progressistas, abrangendo católicos, evangélicos e espíritas, observa-se o tamanho maior – tal como no cenário religioso brasileiro como um todo – dos católicos. Houve determinado enfrentamento do governo de Jair Bolsonaro por parte da entidade que representa, institucionalmente, o catolicismo no país, a CNBB, e de uma parte significativa do clero. Tal postura, em grande medida, foi decorrência do cristianismo da libertação.

Entre os evangélicos, que têm uma tradição própria de pensamento e engajamento progressistas – algo associado, em boa medida, à trajetória do movimento ecumênico – é notório o peso eleitoral bastante grande dos pentecostais em favor de candidatos direitistas e na sustentação de seus mandados conquistados. Entretanto, tem havido, desde 2018, uma mobilização significativa de indivíduos e grupos desse segmento religioso com posição política de esquerda, em decorrência também de posicionamentos

identitários de gênero e étnico-racial, algo que se acentuou nas eleições municipais de 2020 (Vital da Cunha, 2021) e em face do governo Bolsonaro.

Já entre os espíritas, nota-se um determinado fato marcante no posicionamento público e em certa visibilização de indivíduos e coletivos politizados de esquerda, qual seja: a indignação em face do que o incensado médium Divaldo Franco protagonizou em fevereiro de 2018. Se, antes, relativamente discretos – cabe dizer, em consonância com a maneira bastante contida através da qual esse segmento religioso se porta frente às questões políticas (Fernandes, 2018) –, os espíritas progressistas passaram a realizar eventos mais expressivos, bem como a se manifestar publicamente de modo incisivo. Há que se considerar também a solidariedade evangélica, a partir de organizações ecumênicas, como o CONIC, a adeptos dos cultos afro-brasileiros, vitimados violentamente pela intolerância religiosa de alguns segmentos pentecostais (Souza, 2022).

Embora a indignação em relação aos confrades com posturas extremamente conservadoras e até reacionárias esteja presente entre os católicos, ela se mostra mais visível entre os evangélicos e espíritas progressistas. Não por caso, vale lembrar, foram estes dois segmentos religiosos os que mais votaram em Bolsonaro na eleição de 2018. Talvez por isso, bem mais que os católicos, os evangélicos e os espíritas reivindicam a adjetivação “progressista”.

Há um grande desafio a ser enfrentado pelos cristãos progressistas de esquerda, sobremaneira os evangélicos, qual seja: o das chamadas pautas morais, algo que abrange a ideia tradicional de família, o posicionamento em face das drogas e do aborto. Este último ponto se mostra mais complexo. Sobre ele, reproduzo aqui uma fala – que me parece desafiadoramente sintética – do pastor negro da igreja batista do Rio de Janeiro, Oliver Goiano, no encontro ocorrido em 27 de novembro de 2021, pela internet, de pastoras e pastores evangélicos com Lula, Benedita da Silva e a presidente do PT, a deputada federal paranaense Gleisi Hoffmann. Assim falou Oliver:

Eu diria que a maioria de nós evangélicos entende que o aborto é um assassinato – e eu me incluo nisso – mas, ao mesmo tempo, a população evangélica reconhece que há mulheres brancas e ricas que estão abortando, que as mulheres negras estão morrendo. Diria à vossa excelência [Lula, no caso] que a maioria dos evangélicos entende que devemos ter políticas públicas que *defendam a vida da mãe e do bebê* [grifo meu].

O reconhecimento social dos espíritas enquanto cristãos é algo ainda relativamente pequeno e recente (Souza, 2017), tanto quanto a mobilização conjunta de católicos, evangélicos e espíritas progressistas. Ainda há, de fato, poucas iniciativas contemplando, simultaneamente, os adeptos desses três segmentos religiosos com tal perfil. Havendo interesse, parece ser esse um caminho relevante a ser trilhado, em termos da defesa de direitos cidadãos.

Referências

ABUMANSSUR, Edin Sued. A tribo ecumênica: um estudo do movimento ecumênico no Brasil nos anos 60 e 70. 176f (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangélicos e a crise brasileira. *Novos Estudos. CEBRAP*, v. 38, 2019, p. 185-213.

ALTMANN, Walter. Lutero e libertação: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. São Paulo, Sinodal, 1994.

ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião?* São Paulo, Alameda e FAPESP, 2010.

AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. *A mesa, o livro e os espíritos: gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil.* Maceió: Edufal, 2009.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil.* São Paulo: Instituto Metodista Izabela Hendrix e Annablume, 2009.

BARBOSA JÚNIOR, Zé. *As outras faces dos evangélicos.* *Revista Fórum*. 25 jun. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/rede/outras-faces-dos-evangelicos/> Acesso em: 10 out. 2021.

BETIATO, Mario Antonio. *Papa Francisco: a semântica missionária de uma igreja em saída.* Tese de doutorado em teologia. Curitiba, PUCPR, 2018.

BURITY, Joanildo; ORO, Ari Pedro (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil.* Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 2006.

BURITY, Joanildo. ¿Ola conservadora y surgimiento de una nueva derecha cristiana brasileña? *La coyuntura pos impeachment en Brasil.* *Ciencias Sociales y Religión*, v. 22, 2020, p. 1-24.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe; TONIOL, Rodrigo. *Catolicismo eclipsado.* Saída pela Direita Blogfolha, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2020/07/31/artigo-mostra-importancia-do-catolicismo-para-ascensao-do-conservadorismo-no-brasil/> Acesso em: 10 jan. 2021.

CAMARGO, Candido Procopio Ferreira de. *Católicos, protestantes e espíritas.* Petrópolis, Vozes, 1973.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Conservadores x progressistas no espiritismo brasileiro: tentativa de interpretação histórico-hermenêutica.* *Plural*, v. 28, 2021, p. 136-160.

COLOMBO, Cleusa Beraldi. *Idéias Sociais Espíritas.* São Paulo, Comenius, 1998.

COSTA, Fernando Coêlho. *Evangélicos progressistas: uma experiência política no período de abertura democrática no Brasil.* *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*. v. 4, 2018, p. 545-556.

FERNANDES, Dimitri Cerboncini. *Entre a terra e o céu: providencialismo e construcionismo no espírito kardecista.* In: LELLIS, Nelson; PY, Fábio (Orgs).

Religião e política à brasileira: ensaios, interpretações e resistência no país da religião. São Paulo, Terceira Via, 2018, p. 71-80.

FONSECA, Alexandre Brasil. Democracia representativa, democracia participativa e questões identitárias: os evangélicos como um caso bom para pensar. Debates do NER, v. 21, 2021, p. 137-151.

FRESTON, Paul. Protestantes e políticas no Brasil: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado em ciências sociais. Campinas, Unicamp, 1993.

FRESTON, Paul. Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético. Curitiba, Encontrão Editora, 1994.

GAMA, Maria Clara Brito. Cura gay? Debates parlamentares sobre a (des) patologização da homossexualidade. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. n. 31, 2019, p. 4-27.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GIUMBELLI, Emerson. O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

INCONTRI, Dora; BIGHETO, Alessandro Cesar. Socialismo e espiritismo, aproximações dialéticas. Revista HISTEDBR On-line. n.16, 2004, p. 1-9.

LAVIGNE, Eusínio; PRADO, Sousa do. Os espíritas e as questões sociais. Niterói, Editora Renovação, 1955.

LÖWY, Michael. A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis, Vozes, 2000.

MACHADO, Ziel Jorge Oliveira. Sim a Deus, sim à vida: evangélicos redescobrem a sua cidadania. Rio de Janeiro, Novos Diálogos, 2011.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. Religião e Sociedade, v. 35, 2015, p. 45-72.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a 'ideologia de gênero'. Revista Estudos Feministas. v. 26, n. 2, 2018, p. 447-463.

MACHADO, Maria das Dores Campos. A identidade evangélica em disputa. Debates do NER, v. 21, 2021, p. 84-89.

MAINWARING, Scott. Igreja católica e a política no Brasil: 1916-1985. São Paulo, Brasiliense, 1989.

MARIZ, Cecília Loreto; GRACINO JUNIOR, Paulo. As igrejas pentecostais no censo de 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs). *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis. Vozes, 2013, p. 161-174.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975*. São Paulo, Hucitec; Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

MENEZES NETO, Antônio Júlio. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. *Cadernos CRH*, v. 20, n. 50, 2007, p. 331-342.

MIGUEL, Sinuê Neckel. *Movimento Universitário Espírita: religião e política no espiritismo brasileiro (1967-1974)*. São Paulo, Alameda, 2014.

MIGUEL, Sinuê Neckel. Disposições políticas no espiritismo brasileiro: entre “neutralidade” conservadora e aspirações socialistas”. *Saeculum.*, v. 25, n. 42, 2020, p. 86-104.

MUNIZ, Ricardo. A esquerda evangélica. *Le Monde Diplomatique – Brasil*. 6 out. 2007. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/A-ESQUERDA-EVANGELICA/> Acesso em 10 out. 2021.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecosta. *Religião & Sociedade*, v. 2010, n. 30, 2010, p. 90-120.

NAVARRO, Juan B. *Para compreender o ecumenismo*. São Paulo, Loyola, 1995.

OLIVEIRA, Valter de. *Evolução da doutrina social da igreja: histórico do pensamento dos papas e dos bispos do Brasil de Leão XIII a Pio XII em relação à questão social, ao capitalismo e ao socialismo*. 155f. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Marco Davi de. *A religião mais negra do Brasil: por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?.* Viçosa, Ultimato, 2015.

OLIVEIRA, Maria Alexandra Prado de. “Eu ouvi os clamores do meu povo”: análise de um documento eclesial e suas repercussões. 112f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Recife, Universidade Católica de Pernambuco, 2015.

PACHECO, Ronilso. *Teologia Negra: o sopro antirracista do Espírito*. Brasília, Novos Diálogos; São Paulo, Editora Recriar, 2019.

PADILLA, René. *O que é Missão Integral?* Belo Horizonte, Ultimato, 2009.

PLACERES, Giulliano. *O intercâmbio político entre parlamentares e as emissoras paulistas televisão católica*. Tese de doutorado em sociologia. São Carlos, UFSCar, 2020.

PRANDI, Reginaldo; SOUZA, André Ricardo de Souza. A carismática despolitização da Igreja Católica. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI,

Reginaldo. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 59-91.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João L. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 33, 2018, p. 1-22

PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras em ascensão e declínio. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs). *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis. Vozes, 2013, p. 203-218.

SANTOS, Renan William dos. Orientações religiosas sobre a conduta ecológica: católicos, evangélicos e as repercussões religiosas da pauta ambiental no Brasil. Tese de doutorado em sociologia. São Paulo, USP, 2023.

SANTOS FILHO, Gabriel dos. O catolicismo brasileiro e a construção de identidades negras na contemporaneidade: um olhar sócio-antropológico sobre a Pastoral Afro-Brasileira. Salvador, EDUFBA, 2012.

SECCO, Lincoln. História do PT. São Paulo, Ateliê, 2011.

SIGNATES, Luiz. Espiritismo e política: os tortuosos caminhos do conservadorismo religioso e suas contradições no Brasil. *Caminhos*. v. 17, 2019, p. 138-154.

SOUZA, André Ricardo de. Dimensions of Christianity and the Amplification of Ecumenism in Brazil. *International Journal of Latin American Religions*, v. 1, 2017, p. 1-14.

SOUZA, André Ricardo de. A ecumênica busca de apoio aos adeptos dos cultos afro-brasileiros vitimados por intolerância. *Tempo Social*, v. 34, 2022, p. 83-104.

SOUZA, André Ricardo de; SOFIATI, Flávio Munhoz. O franciscanismo econômico: considerações sociológicas sobre a Economia de Francisco e Clara. *Ciencias Sociales y Religión*, v. 23, 2021, p. e021027.

SOUZA, André Ricardo; TORRES, Natália Cannizza. As duas faces evangélicas do espiritismo brasileiro. *Religião & Sociedade*, v. 42, n. 1, p. 221-239, 2022.

TRABUCO, Zózimo. À direita de Deus, à esquerda do povo: protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994). Salvador, Saggá, 2016.

VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o Império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. *Debates do NER*, v. 21, 2021, p. 13-80.

VITAL DA CUNHA, Christina; MOURA, João Luiz. Identidades, números e histórias de evangélicos nas eleições de 2020. *Comunicações do Iser*. V. 40, n. 73, 2021. p. 7-11.

WANTUIL, Zeus. *Grandes espíritas do Brasil*. Rio de Janeiro, FEB, 1981.

Recebido em: 22/12/2021
Aprovado em: 18/11/2023
Editor responsável: Fábio L. Stern